

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

(IBICT / MCTI)

RUBENS RIBEIRO GONÇALVES DA SILVA

COORDENADOR DO PROJETO

CPF nº: 504.682.787-53

Professor Titular

Universidade Federal da Bahia

Instituto de Ciência da Informação

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

COMPLEMENTO CONCEITUAL AO RELATÓRIO TÉCNICO de Pós-Doutorado-Sênior (Bolsa CNPq-PDS) realizado no IBICT / MCTI, na Cidade do Rio de Janeiro, no período de 01/11/2016 a 31/10/ 2017.

Título do projeto: Iniciativa *Legatum*: um modelo arquivístico de preservação digital do patrimônio audiovisual custodiado por instituições brasileiras e de outros países de idiomas de origem latina

Processo nº: 110780/2016-7

Chamada Pública: Bolsa Individual no País – Pós-Doutorado Sênior (PDS)

Supervisão: Profa. Dra. Lena Vania Ribeiro Pinheiro (Coordenadora de Ensino e Pesquisa, Ciência e Tecnologia da Informação, IBICT)

**Rio de Janeiro
Março / 2018**

PENSANDO A MEMÓRIA NO ÂMBITO DA REFLEXÃO E DA PRÁXIS SOBRE A PRESERVAÇÃO DIGITAL E O ACESSO REMOTO A ACERVOS AUDIOVISUAIS DIGITAIS PÚBLICOS

O universo digital é uma instância sem precedentes para a representação, seja da expressão do pensamento, da observação metódica da natureza e da sociedade, seja no registro do conhecimento nos sistemas documentais de referência. Se é verdade que há uma primazia psicológica daquilo que é representado, é preciso, então, uma “polirrepresentação”, que facilite o alcance dos mais variados fruidores (ou usuários) em potencial. O analista indexador deve perceber estas instâncias do documento imagético, e também do dispositivo visual, tendo por base o sentido proposto por quem gerou a imagem, pois ainda que caiba a uma Unidade de Informação estabelecer critérios em sua política de indexação, que sejam viáveis para a realização da análise documentária, isso deve ser feito de modo a permitir, de forma potencializada, o acesso coletivo às informações imagéticas, inclusive aos cegos, a cada um de nós, no mundo cibernético em que vivemos, às crianças, e mesmo aos tomados pela confusão mental (SILVA, 2013).

O conceito de informação que fundamenta nossas ações acadêmicas, seja na extensão, no ensino ou nas pesquisas realizadas, tem origem em Silva (2002). Naquela formulação teórica abordamos questões específicas relativas ao campo da ciência da informação (CI), procurando estabelecer correlações — entre informação, processo e consciência; representação, conteúdo e dimensão; tecnologia, acesso e instância; fotografia e cognição; reformatação, acesso e preservação — tendo na fotografia, ou nos acervos fotográficos, a possibilidade clara da aplicabilidade social, associada ao desenvolvimento de nossa percepção/cognição. Num esforço de pesquisa, propusemos que o ‘conteúdo’ de acervos fotográficos digitais públicos fosse entendido como uma ‘dimensão’ pública representativa da possibilidade do indivíduo e da sociedade ampliarem sua ‘consciência’ (através da fruição de imagens do acervo público) e desenvolverem uma maior capacidade de ação junto a suas instituições, objetivando o atendimento de suas necessidades. É o acesso às versões digitais das imagens que nos interessa. Nesse sentido, a proposta consistia, então, em privilegiar a noção de ‘tecnologia de acesso’ a conteúdo digital — digitalização de originais e acesso a representações digitais de fotografias do acervo público — como ‘instância’

formadora de consciência. À época, remetemos à categoria ‘instância’ para reportar-nos à tecnologia de acesso, já que vemos as operações de acesso a conteúdos como fatos típicos que servem de exemplo para o estudo de uma propriedade geral. Os ‘fatos típicos’ são as operações de acesso a conteúdos informacionais digitais: a instância, o fato típico, é a tecnologia de acesso; a ‘propriedade geral’, então, está na ampliação da consciência: a tecnologia possibilitando ao indivíduo e, por extensão, à sociedade, a expansão da consciência. É interessante notar que Zeman tece comentários acerca de uma relação entre o trabalho social e a informação social, que resultaria num “pensamento da sociedade, a consciência da sociedade” (SILVA, 2002, p.44). A noção de tecnologia de acesso a conteúdo digital era então proposta como a instância através da qual uma interface adequada pudesse ser formulada no sentido de favorecer a expansão da consciência da possibilidade do acesso ao conhecimento.

Desde então, em nossa *praxis*, vimos refletindo, atuando, debatendo, com base no conceito de informação como processo que promove a ampliação da consciência acerca da possibilidade de conhecer e agir, que não é exclusivamente identificado por eventos de um outro processo, o comunicacional, que envolveria mensagens, receptores, emissores, sinais, ruídos. Nessa perspectiva, a informação não é um efeito, estrutura, conteúdo ou suporte físico com símbolos nele arranjados. Informação é processo. Um processo é uma concatenação de eventos ou de fenômenos — fisiológicos, psicológicos, sociais e até físicos — que apresentam alguma unidade ou que se reproduzem com certa regularidade. Informação é processo complexo de estados e de mudanças envolvendo conteúdos informacionais, a consciência, o conhecimento, a memória, a ação, o devir. Informação não é resultado, é todo um processo que permite a ampliação da consciência da possibilidade de conhecer e agir. Permite, portanto, ficarmos mais conscientes de que podemos adentrar outro processo, o de conhecer, e mais outro, o de agir.

Na extensão daquela tese original, defendida em 2002, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI-IBICT), podemos reiterar (agora em estágio Pós-Doutoral-Sênior), acerca do universo dos arquivos audiovisuais digitais: sendo uma dimensão quantificável e localizável no ciberespaço — por exemplo, 45 megabytes, localizáveis e acessíveis pela internet num determinado endereço eletrônico —, os arquivos

audiovisuais digitais produzidos/mantidos/custodiados pela esfera pública são como uma “grandeza real que, quer sozinha, quer com outras, determina a posição de um ponto ... num espaço” (LALANDE, 1996, p.260). Urge, de fato e de direito, uma “interface” que seja tecnologicamente desenvolvida de forma direcionada ao fortalecimento da capacidade de ação do indivíduo junto às instituições. O acesso para todos, a questão dos direitos de imagem, de *copyright*, de propriedade intelectual, de produção, entre outros, tudo isto precisa ser abordado coletivamente — e os formuladores de políticas precisam ouvir e valorar a perspectiva dos curadores do patrimônio cultural, daquilo que podem trazer à mesa de negociações para o estabelecimento de acordos de cooperação, como um contrapeso às fortes influências dos detentores dos direitos comerciais. E aqui podemos destacar especialmente o segmento de pesquisa em que nos detemos nos últimos cinco anos, os arquivos audiovisuais digitais custodiados pela esfera pública. Já se constatou que o maior risco das coleções não é técnico ou químico, não se relaciona a domínios magnéticos, a superfícies óticas ou soluções químicas, e sim à viabilidade econômica das sociedades em que vivemos. Sem um contínuo acesso a fundos, infraestrutura e suporte nossas coleções estão em risco. Estamos vivendo num mundo de crescente complexidade, os arquivistas não são mais aqueles que “apenas tomam conta de alguns registros”. Os conhecimentos sobre as especificidades dos próprios registros que guardam não são mais propriamente suficientes para preservarmos e darmos acesso ao patrimônio documental, que são propósitos primários de qualquer arquivo. Arquivistas agora precisam ser experts em muitos campos, como o do direito, a que já me referi, têm que conhecer de webdesign, de assuntos técnicos relacionados a diversos aspectos, como acondicionamento e armazenamento, promoção, marketing, finanças, elaboração e gestão de projetos.

“Cabe, com efeito, aos profissionais da memória ... fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica” (LE GOFF, 1982, p.58). De fato, se somos o resultado de toda uma sociedade pensando, somos, então, o resultado das línguas, das instituições, dos sistemas de signos, das técnicas de comunicação, representação e registro que nos circundam e nos dão sentido social, forças informativas que dão vida a nossas atividades cognitivas. Entender a informação como processo de ampliação da consciência é uma forma de, resistindo à ideologia pós-moderna, nos mantermos interrogando as questões das

relações sociais, das relações intersubjetivas, recolocando a questão do poder, da história e da cultura, como já sugeriu a filósofa Marilena Chauí. Não podemos entender a CI como uma ciência pós-moderna por considerarmos que uma ideologia pós-moderna confunde a aparência social — o aparecer das imagens sociais e culturais — com a estrutura e a essência da própria sociedade, quando de fato o aparecer social, pela ideologia, oculta o sentido do social (SILVA, 2002).

Apresentando o livro *Memória e Sociedade*, de Ecléa Bosi, Chauí (1983) tece comentário denso ao destacar um aspecto da pesquisa de Bosi e de seu resultante livro: “...você começa declarando que não está preocupada ... em fornecer modelos de pesquisa nem em obedecer aos modelos existentes. Fala na reciprocidade e no intercâmbio dos lugares do sujeito e do objeto, de tal modo que o sujeito investigador, tornando-se veículo da memória dos ‘objetos’ investigados, vê-se diante de sujeitos para os quais e com os quais se dispõe a trabalhar.” (CHAUÍ, 1983, p.xxiv).

Bosi nos remete a Bergson e a Halbwachs, atenta aos aspectos institucionais e ideológicos da memória. Destaca em *Matière et mémoire*, a “originalidade tantas vezes polêmica” das proposições de Bergson, demonstrando como esta obra “constitui o centro dos debates sobre tempo e memória, provocando reações que ajudaram a Psicologia Social a repensar os liames sutis que unem a lembrança à consciência atual e, por extensão, a lembrança ao corpo de ideias e representações que se chama, hoje, correntemente, ‘ideologia’” (BOSI, 1983, p.17). Ferraz explica a perspectiva inaugurada por Bergson, aquela na qual “estamos imersos na duração, em um presente que dura; nossa memória não consiste de modo algum em uma ‘regressão do presente ao passado, mas, ao contrário, em um progresso do passado no presente’” (FERRAZ, 2016, p.21). Como ilustra a autora,

A construção filosófica de Bergson respondia às angústias de seu tempo com relação à automação dos corpos e à rotinização da vida, por conta da inserção crescente dos homens em uma lógica de estímulo-resposta (mecanismo muito explorado e estudado pelas ciências da época) demandada pelos meios de produção fabril, pela indústria cultural nascente, pela intensa estimulação sensorio-motora dos corpos nos centros urbanos em expansão (...) situados mais de um século depois de *Matéria e memória*, de que modo tais reflexões nos interpelam hoje? O esvaziamento do horizonte de futuro ressaltado por diversos estudiosos da contemporaneidade, a sensação de se viver em um presente inflado parecem corroer o

sentido mesmo de “duração”, afetando, por conseguinte, nossa relação com a memória. Essa sensação aponta igualmente para um esvaziamento ontológico, na medida em que, como Bergson escreveu luminosamente, “nada é menos do que o momento presente” (Bergson, 2001, p.291). Para o autor, a memória do homem – vivente dotado da preciosa capacidade de “hesitar” –, ao se virtualizar e manter em sua integralidade, funciona como uma fonte inesgotável, preche de novos futuros. (FERRAZ, 2016, p.23-25)

Já com Halbwachs (durkeimniano, comteano, “a precedência do ‘fato social’ e do ‘sistema social’ sobre fenômenos de ordem psicológica, individual”), surgem os estudos sobre “os ‘quadros sociais da memória’ (...) a realidade interpessoal das instituições sociais.” Conforme Bosi (1983, p.18), “Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade”.

Rouso também nos traz esclarecimentos acerca do entendimento proposto por Halbwachs:

A memória, no sentido básico, é a presença do passado. (...) A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto, toda memória é, por definição, “coletiva”, como sugeriu Maurice Halbwachs. Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao “tempo que muda”, às rupturas que são o destino de toda vida humana, em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. (ROUSSO, 2006, p.94).

Memória e identidade são geralmente admitidas como indissolúvelmente ligadas, como reitera Candau. Remetendo-nos a Pierre Nora, o autor destaca que “nenhuma época ‘foi assim tão voluntariosamente produtora de arquivos como a nossa, não apenas pelo volume que secreta espontaneamente a sociedade moderna, não apenas pelos meios técnicos de reprodução e conservação de que ela dispõe, mas pela crença e respeito aos traços deixados.” (CANDAU, 2011, p.112). O autor vai considerar que, por essa razão, o ‘mal de arquivo é a expressão da impaciência absoluta de um desejo de memória’, e toda perda de arquivos é vivida como uma perda de si próprio” (p.158). Aproximamo-nos aqui, como nos ensina Candau, “das teses de Michel Oriol quando ele analisa a incapacidade crescente do Estado — um

‘meio de memória’, de acordo com Nora — de se dizer lugar legítimo da expressão de todos” (p.187). E conclui, “o que importa é a capacidade dessa memória em criar laços entre os homens” (p.191).

Com relação especificamente aos filmes, aos vídeos, às imagens em movimento, enfim, aos arquivos audiovisuais, Peixoto já indicou que,

Os filmes produzem este efeito de ativar a memória, nos dando essa sensação confusa de (re)viver situações que foram registradas ao longo da vida. São filmes de memória que, no fugindo da narrativa ficcional procuram criar uma narração própria pautada, muitas vezes, em um período histórico, uma questão política, na vida de uma testemunha/personagem ou mesmo de um lugar qualquer, um bairro, uma cidade...

Os documentários que mostram uma página da história como, por exemplo, *Shoah*, de Claude Lanzmann (1985), ou, para chegar mais próximo de nossa realidade, *El día del juicio*, de Walter Goobar (1998), apresentam uma evidência verbal e visual que nos induz a lembranças de uma história da qual não participamos diretamente, mas que nos ajuda a compreender o que se passou. Mais do que isto, através das imagens de arquivo incrustadas nestes filmes, olhamos o lugar e as cenas do acontecimento com a forte sensação/emoção de que dele fizemos parte e (re)vivemos esse momento através da experiência dos seus verdadeiros atores. É mais do que uma tentativa de representar a memória no filme. É, na verdade, um outro tipo de conhecimento ou uma forma de evocação desta história que passa a ser (re)vista com os olhos da alma ... Estes filmes sobre a história moderna são o que François Niney chama de “o teatro da memória”, pois remetem a um passado coletivo. (PEIXOTO, 2001, p.173-174)

Citando uma entrevista publicada nos *Cahiers du Cinéma*, em 1975, Peixoto destaca afirmação do historiador Marc Ferro acerca de uma “memória fílmica”:

Depois de algum tempo, a relação dos povos com seu passado – sua memória – não se distingue mais tão claramente de sua relação com este arquivo (sua memória fílmica de alguma maneira). Criou-se, naturalmente, um tipo de cinefilia de massa’. (PEIXOTO, 2001, p.174)

O desenvolvimento do entendimento acerca do que seja a memória, nos mais diferentes campos do saber correlatos às ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, na grande maioria dos casos e das interpretações, se imbrica com os conceitos de arquivo, de patrimônio, de documento, de preservação, levando-nos à percepção de que ainda estamos lidando com a memória como uma grande categoria, que, conforme nos ensinam Castells e Ipola, é “a unidade de significação de um

discurso epistemológico”, dificultando, ainda, sobremaneira, pela sua complexidade, o desenvolvimento de uma “unidade significativa de um discurso científico”, ou seja, de um conceito (CASTELLS; IPOLA, 1973, p.12). Na área da ciência da informação, especialmente, e portanto também na arquivologia e na biblioteconomia, da museologia, no campo investigativo do conceito de memória social, e mesmo no recente universo reflexivo científico das humanidades digitais, ou no campo da preservação digital do patrimônio documental público, ainda precisamos de uma filosofia da memória e/ou de uma epistemologia da memória que nos permitam ampliar a reflexão sobre a categoria memória, até que cheguemos a um conceito de memória epistemologicamente e operacionalmente enriquecido para estas disciplinas do saber científico.

Vera Dodebei já destacava aspectos semelhantes, há pouco mais de vinte anos, relacionando conceitos como os de documento, memória social, ação cultural, preservação, representação, patrimônio, quando, em seu doutoramento, defendeu a tese de que “os conceitos de Documento apresentados pelos vários campos do saber não são adequados à representação e à preservação das ações culturais”. Citando a Proposta de Reformulação do Curso de Mestrado em Memória Social e Documento, de 1995, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Dodebei indicava, então, correlações conceituais entre documento e memória, ao entender que o documento “aparece, agora, não apenas como dado material, como objeto a ser manipulado segundo certas técnicas específicas, mas como operador que nos permite acesso à problematização da memória social” (DODEBEI, 1997, p.17-20). A autora também refletiu sobre as imbricações entre memória social e representação, ao afirmar:

A memória social é assim retida, por meio das representações que processamos, quer na esfera pessoal – memória individual – quer na esfera coletiva – memória pública. Desse modo, ao falarmos em memória, falamos em representação (...) Os espaços de representação da memória, esses sim, são sempre móveis, uma vez que a dinâmica do processo social absorve e transforma, continuamente, não só as ações como as reproduções. E é essa propriedade que garante a geração do conhecimento e, conseqüentemente, o desenvolvimento a sociedade. (DODEBEI, 1997, p.66)

Em 2011 o universo reflexivo proposto pela autora se adensa ainda mais, ao retomar suas reflexões, com destaque para os conceitos de memória digital, cultura digital, patrimônio e preservação digital:

As indicações de que o conceito de documento vem se deslocando do positivismo que abrigou os estudos históricos para o culturalismo que conforma os discursos da memória digital, nos levam a refletir sobre a preservação desses objetos valorizados culturalmente não mais como documentos, mas como patrimônios, digitalizados ou nascidos digitais. (...) sem um nível mínimo de comunicação entre as instituições do país sobre o tema, existe o risco de ineficácia ... Assim, como é improvável e até mesmo indesejável que a preservação digital seja centralizada, é interessante refletir sobre os possíveis meios de coordenação e como assegurar o uso eficiente dos recursos (...) o valor patrimonial designado aos objetos indicados como memória parece ganhar supremacia ao valor documental, pelo caráter coletivo da herança social. As “nuvens” de memórias virtuais e suas linguagens são, pela própria constituição do conhecimento que emerge da grande rede social, coletivas, interativas e processuais. E nesse sentido, o significado que a ideia de documento possa ter para a memória digital é, certamente, representado pela circunstancialidade e temporalidade do valor de memória social atribuído a determinado objeto. (DODEBEI, 2011, s.p.)

Outra relevante pesquisa foi a realizada por Eloísa Oliveira, também para sua tese de doutoramento, em 2010, retomada em Oliveira e Rodrigues (2011); ao refletirem sobre os conceitos de memória e de informação — no contexto proposto por Wersig e Nevelling em artigo publicado em 1978, intitulado *The phenomena of interest to information science*, em que os autores advogam como objetivo da CI a sua responsabilidade social na transferência do conhecimento para aqueles que necessitam —, as autoras afirmam:

Entendemos que essa responsabilidade pressupõe o acesso assíncrono à informação, ou seja: informações geradas no passado, disponibilizadas no presente, permitindo novas utilizações e a construção de novos conhecimentos, agora ou no futuro. Nesta perspectiva, a memória emerge como tema de estudo de relevância para a Ciência da Informação (...) Ao falar de memória, do que fala o cientista da informação? Da preservação dos registros informacionais? Da influência dos processos cognitivos na representação e recuperação da informação? Da utilização de tecnologias de informação? A sociedade do efêmero, na qual se defrontam questões de ordem ideológica, ética, econômica e tecnológica, parece reforçar a necessidade de tornar explícitas as concepções de memória que permeiam o conhecimento produzido pela Ciência da Informação. Isto talvez ajude a entender o papel que a área pretende, ou deveria pretender desempenhar no processo

social de construção da memória. (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011, p. 313-314)

E destacam:

Nos estudos que adotam a perspectiva social da memória, a etapa do processo informacional mais citada e associada ao termo é a preservação, a partir do pressuposto de que a preservação das informações ou dos documentos possibilita a (re)construção de parte da memória de uma coletividade, seja um país ou uma instituição. (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011, p. 323).

Num recente artigo, publicado numa das mais importantes revistas científicas sobre a temática, Segesten e Wüstenberg (2017), em viés similar ao realizado por Oliveira (2010), examinam o *memory studies' status quo*, como disciplina acadêmica, e refletem sobre como o campo dos estudos sobre a memória pode evoluir. Segundo as autoras,

The amount of research that is conducted under the “memory” label has grown exponentially in the past few decades. The number of publications that carry terms such as “collective memory” in their title or subtitle is large. An Amazon.com search with this phrase results in 290 publications. A similar search for French titles on Amazon.fr shows 119 results. In Spanish, “memoria colectiva” on Amazon.es turns out 47 titles. A search for books with the phrase “kollektives Gedächtnis” on Amazon.de brings 60 results. The Palgrave MacMillan Memory Studies series, probably the leading book series in the field, currently includes 42 titles. These numbers do suggest a plethora of publications that justify the claim that memory as a concept has a poignant scholarly presence in several languages and that “memory” is a common concern, differences between the European and North American traditions notwithstanding. (SEGESTEN; WÜSTENBERG, 2017, p.476).

Por simples curiosidade, já que esses dados indicados por Segesten e Wüstenberg em suas buscas nos sistemas da Amazon não são eficazes em termos de uma análise mais adequada, já que, por exemplo, títulos repetidos retornam em todas aquelas buscas, mas apenas para se ter uma ideia comparativa com o que foi encontrado nas buscas na Amazon da Alemanha, dos Estados Unidos, da Espanha e da França, demos uma rápida conferida sobre a quantidade de títulos numa busca na Amazon.com.br com o mesmo termo composto ‘memória coletiva’, resultando em 18 títulos... Mas, para se ter uma ideia mais adequadamente passível de análises, apenas na BENANCIB — base de dados dos trabalhos apresentados no mais importante evento brasileiro da área da Ciência da Informação, o Encontro Nacional

de Pesquisa em Ciência da Informação — obteve-se um retorno de 787 trabalhos (em 25 ago. 2017), numa busca pelo termo “memória” no sistema de buscas da base; destes, neste primeiro momento, selecionamos 204 textos publicados no ENANCIB para análise de relevância para nossos futuros estudos sobre o tema. Refinando a busca, usando-se o termo composto utilizado por Segesten e Wüstenberg, “memória coletiva”, obtivemos um retorno de 140 títulos, reiterando a relevância da produção acerca da temática, embora não se esteja afirmando aqui que o resultado seja exclusivamente de trabalhos oriundos de programas de ciência da informação, já que no Enancib, como destacava Oliveira, muitos profissionais técnicos e docentes pesquisadores de outras áreas que não a CI submetem e apresentam seus trabalhos no evento.

Nesse sentido, aceitando a chamada à reflexão de Oliveira, e também de Dodebei, nos aprofundamos no estudo de alguns trabalhos acadêmicos que resultam de reflexões sobre o conceito ou a categoria de memória na área da CI. Para muito além do conceito, da interpretação, da teoria, urge, entretanto, nos mobilizarmos em ações práticas que possam transformar a realidade concreta verificada nas 65 (sessenta e cinco) instituições nas quais realizamos levantamentos de dados acerca de seus acervos documentais audiovisuais. É na práxis, não apenas na criação e no debate teórico, que vamos conseguir agir para interromper ou minimizar ao máximo o risco da perda de nossa memória audiovisual, de nosso patrimônio audiovisual, de nossos arquivos audiovisuais. Está em Marx a base para essa reflexão, numa de suas teses sobre (ou contra) Feuerbach, a décima-primeira tese, em que afirma que os filósofos até então haviam se limitado a apenas interpretar o mundo de diferentes maneiras, mas que o que importava, porém, era transformá-lo. Hoje, parece-nos que os cientistas vêm fazendo o mesmo, interpretam, conceituam, mas não transformam para melhor o estado dos acervos e das instituições que tentam preservar seus arquivos audiovisuais, sejam analógicos ou digitais. Por isso, no ímpeto de escapar ao “círculo vicioso”, nossa ação em pesquisas identifica-se com esta chamada dialético-materialista à necessidade de transformação do “estado de coisas” no âmbito da preservação de arquivos audiovisuais digitais mantidos por instituições públicas. Também nos identificamos com aquela postura indicada por Chauí sobre Bosi, pouco mais acima, da reciprocidade e intercâmbio dos lugares dos sujeitos com os lugares dos ‘objetos’ investigados, procurando, assim, constituir ações de pesquisa acerca da

preservação e acesso a esses acervos por meio de amplas parcerias interinstitucionais.

Oomen (2016) já destacou que o acesso contínuo aos atuais registros culturais digitais tornou-se um desafio extra que exige de todos — instituições, público usuário, pesquisadores, técnicos, dirigentes, poder público e privado — o desenvolvimento e aplicação de um pensamento que nos permita a troca de conhecimento e o diálogo entre as diferentes disciplinas, instituições e nações, como vem realizando o International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM), por meio de seu programa de preservação de acervos de som e de imagem — o Sound and Image Collections Conservation Programme (SOIMA). Num dos mais recentes eventos (constituído de curso, oficinas, palestras e conferências) realizados pelo SOIMA, em Bruxelas, em 2015 (ao qual estivemos presentes, bem como ao primeiro evento, realizado no Rio de Janeiro, em 2007), os mais de 40 (quarenta) países participantes, chegaram à constatação, a partir de recentes estudos, de que até o ano de 2025 as mídias analógicas (os *carriers*, sejam quais forem os suportes de registro para os conteúdos) já deverão ter sido digitalizados, pois até lá já será impossível de ser feita a transferência para novas mídias com diferentes suportes, seja por motivos de obsolescência técnica dos equipamentos em que as mídias são reproduzidas (ouvidas, visualizadas), seja pelo estado físico dos suportes. Afirma-se que na grande maioria dos casos somente a cooperação interinstitucional/interorganizacional, o planejamento e o desenvolvimento cooperativos de novas tecnologias e relações permitirão manifestarmos-nos como pioneiros, ao invés de apenas seguidores do que nos chega ao conhecimento. Também a adoção de padrões de reconhecimento internacional, da incorporação da mentalidade *open* para as licenças de uso de softwares, normas, sistemas e publicações, sempre que possível, para que se alcance um maior e mais amplo alcance nas sociedades, uma cultura à qual Oomen chama de ‘cultura da inovação’ nas instituições, como forma de abrir (*open!*) possibilidades de ampliação das ações de cooperação entre instituições/organizações e universidades, atuando para que os arquivos audiovisuais digitais estejam disponíveis exatamente aonde os usuários residem.

Outro aspecto de alta complexidade diz respeito a questões legais, como por exemplo as associadas ao direito autoral, Conforme Oomen,

Copyright rules need to be modified in order to allow memory organisations to provide access to their collections. A balance needs to be found between giving creators a remuneration for using their works and allowing the guardians of their works to provide access for various user groups ... Also, modernisation of copyright regulations should look at Collective Licensing and into other ways that decrease the burden for obtaining copyright permissions. In respect to newly created material, creators should be encouraged to use Creative Commons licenses to foster a culture of innovation and creativity. For works commissioned by public institutions, the use of open licenses could be made compulsory. (OOMEN, 2016, s.p.)

Com referência às ações do SOIMA relativas ao acesso, selecionamos aqui alguns aspectos (muito relevantes para nossa pesquisa) destacados por Oomen (2016, s.p., negritos no original):

Access should go (1) beyond expensive technology so that cost does not become a barrier; (2) beyond particular communities so that people are engaging beyond traditional boundaries of identity and work-sphere; (3) beyond the current geo-political schemata of privilege so that everyone's heritage has a fair chance for preservation, storage and transmission;
It will **engage practitioners, policy makers, researchers, private and the public** through active online presence, organising events and participating in events organised by others (...)

É no âmbito de reflexões correlatas que vimos propondo e realizando o desenvolvimento cooperativo do Repositório Legatum – Sonus et Imago para lidar com arquivos audiovisuais digitais custodiados pela esfera pública. No Relatório Técnico Final continuamos nossa exposição sobre a pesquisa.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. Introdução. In: _____. **Memória e Sociedade**: Lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979, reimpressão 1983, p.1-3.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011

CASTELLS, Manuel; IPOLA, Emílio. **Prática epistemológica e ciências sociais**. Porto; Edições Afrontamento, 1973.

CHAUÍ, Marilena S. Os trabalhos da memória. Apresentação. In: BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979, reimpressão 1983, p.XVII-XXXII.

DODEBEI, Vera L.D.L.M. Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? **DataGramaZero**, v.12, n.2, 11 pg., abr. 2011. Disponível em:
http://www.brapci.inf.br/repositorio/2011/04/pdf_15b7c5a842_0016272.pdf . Acesso em 09mar.2018.

_____. **O sentido e o significado de documento para a memória social**. Tese. Doutorado em Comunicação. Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

FERRAZ, Maria C.F. Memória e esquecimento no final do século XIX: Bergson e Nietzsche. In: NEGREUROS, C.; OLIVEIRA, F.; GENS, R. (Org.). **Belle Époque: crítica, arte e cultura**. Rio de Janeiro/São Paulo: Labelle/Intermeios, Faperj, 2016, p. 17-34.

LALANDE, André. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. **História e memória**. Memória, v.II. Lisboa: Edições 70, 1982, p.9-59

OLIVEIRA, E.B. **O conceito de memória na Ciência da Informação no Brasil: uma análise da produção científica nos programas de pós-graduação**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação. Brasília, 2010.

OLIVEIRA, E.B.; RODRIGUES, G.M. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, v.7, n.1, março 2011, Rio de Janeiro, p.311-328. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3302/2918> . Acesso em: 21fev2018.

OOMEN, Johan. **Audiovisual archives, the next ten years: turning vision into reality and positive change**. 2016, s.p. Disponível em:
<https://medium.com/@johanoomen/soima-turing-vision-into-reality-and-positive-change-fc2388ea953f> . Acesso em: 10 mar. 2018

PEIXOTO, Clarice E. **Memória em imagens: uma evocação do passado**. In: KOURY, Mauro G.P. (Org.). **Imagem e Memória: Ensaios de Antropologia Visual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p.173-187.

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, M.M.; AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 93-101.

SEGESTEN, Anamaria Dutceac; WÜSTENBERG, Jenny. Memory Studies: the state of an emergent field. **Memory Studies**, v.10(4), 2017, p. 474-489. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/316797640_Memory_Studies_-_the_State_of_the_Field . Acesso em: 21fev2018.

SILVA, Rubens R. G. **Digitalização de acervos fotográficos públicos e seus reflexos institucionais e sociais**: tecnologia e consciência no universo digital. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. Imagem e representação na constituição da memória. Conferência de abertura do **IV Simpósio Baiano de Arquivologia**, 21 a 24 out 2013, Salvador.